



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia das Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia prevista para ser realizada no dia 16 de abril de 2015:

Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomada das contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2014.

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2014, conforme divulgadas em 12 de fevereiro de 2015 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e no website da Companhia e a serem publicadas oportunamente nos jornais Brasil Econômico, Diário do Pará e Diário Oficial do Estado do Pará (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. Deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2014.

Propomos que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no Anexo II a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, e conforme proposta pelo Conselho de Administração em reunião datada de 12 de fevereiro de 2015.

3. Deliberação sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Indicamos os Srs. Carlos Augusto Leone Piani, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Eduardo Haiama, Armando de Souza Nascimento, Ana Marta Horta Veloso, Augusto Miranda da Paz Junior, Felipe Oppenheimer Pitanga Borges e José Jorge de Vasconcelos Lima aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia acima indicado encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.



4. Fixação da remuneração global anual dos administradores, deliberando sobre proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 31 de março de 2015.

Propomos que a remuneração global máxima dos administradores para o exercício de 2015 seja fixada no montante global de até R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais).

Para o exercício de 2014, a remuneração global reconhecida somou R\$ 7.562.000,00 (sete milhões, quinhentos e sessenta e dois mil reais), conforme demonstrado no item 13 do Formulário de Referência da Companhia. O valor da remuneração global anual aprovado para o mesmo período foi de até R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais). Tal diferença ocorre em função do pagamento da Remuneração Variável em patamar inferior ao máximo previsto.

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta proposta.

5. Deliberação sobre a eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2015 e a fixação de sua remuneração.

Indicamos os Srs. Sérgio Passos Ribeiro (suplente Moacir Gibur), Paulo Roberto Franceschi (suplente Claudia Luciana Ceccatto de Trotta), Vanderlei Dominguez da Rosa (Eduardo da Gama Godoy) aos cargos de membros do Conselho Fiscal da Companhia.

No que tange à remuneração global do Conselho Fiscal, propomos que seja fixada no montante de até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.

Assembleia Geral Extraordinária:

6. Deliberação sobre a ratificação da subscrição do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998 - ANEEL.

Propomos a ratificação da subscrição do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998 – ANEEL conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizado em 19 de dezembro de 2014.



ANEXO I

Comentários dos Diretores da Companhia **Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Empresa, Centrais Elétricas do Pará – CELPA (“Celpa” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Pará com sede na cidade de Belém-PA.

A Companhia opera na região Norte do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A funciona como empresa de energia elétrica atuando nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Sua característica principal é de empresa distribuidora, sendo a única Concessionária de energia elétrica no Estado do Pará.

Sua área de concessão 1,25 milhões de km², abrange os 144 municípios do Estado, onde, 117 são atendidos pelo Sistema Interligado e os 27 restantes são atendidos pelo Sistema Isolado, supridos através de 29 Usinas Dieselétricas, beneficiando uma população estimada em torno de 8,1 milhões de habitantes.

O mercado de energia elétrica da CELPA, com 24,0% do consumo total da região Norte, 1,6% do Brasil e com um crescimento de 11,7% em relação ao ano de 2013, se caracteriza por ser tipicamente residencial, onde se concentram 86,1% do número de consumidores e 42,8% do consumo total da empresa.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo o Estado do Pará. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, foi investimento total da ordem de R\$45,04 bilhões e estima-se 59,12 bilhões pós 2014, no Estado do Pará, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 83% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 16% receita de construção; (iii) 1% suprimento de energia elétrica. Essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.



b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital, totalmente integralizado, é de R\$924.524 mil representado por 1.907.449.807 (um bilhão, novecentos e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e oitocentas e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 (um bilhão, novecentos e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe "A"; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe "C".

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral e observadas às disposições legais e as do Estatuto:

(a) criar novas classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76;

(b) emitir debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos, nas condições a serem fixadas pela Assembleia;

(c) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Sem prejuízo do disposto acima, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia poderá autorizar a instituição depositária das ações a cobrar do acionista os custos dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais e demais atos de registro e averbação, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A instituição depositária deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, e fornecerá aos acionistas extratos da conta de depósito das ações escriturais, na forma da lei.

Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado por Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 12% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 88% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

- Hipóteses de Resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.



- Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de longo prazo do endividamento da Emissora, resultado das renegociações e novações advindas do Plano de Recuperação Judicial, a Emissora pretende honrar seus compromissos financeiros, de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez a Emissora acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso a Emissora entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2014	2013	2012
Empréstimos, financiamento e encargos	2.250	1.534	1.893
Total de Disponibilidade(1)	561	239	432
Sub-rogação CCC	113	186	212
Ativo Regulatório	397	148	242
Baixa Renda	28	-	-
Dívida Líquida(2)	1151	961	1007

(1) Disponibilidades é a soma dos itens "numerário disponível" e "aplicações no mercado aberto".

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos ativo regulatório, baixa renda a disponibilidade a sub-rogação CCC.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Emissora é o BNDES e a Eletrobrás, que usualmente oferece taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a Emissora poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá às instituições financeiras de primeira linha para contratar operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:



Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento total da Emissora era de R\$2.250 milhões, dos quais 33,9% (R\$761 milhões) eram em moeda estrangeira. O endividamento total em aberto da Emissora, deduzido do caixa, disponibilidades e sub-rogação CCC, no montante de R\$821 milhões, atinge R\$ 1.430 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 31,7% (R\$ 714 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 68,3% (R\$1536 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	2012	2013	2014
Curto Prazo	400	11	713
<i>Moeda Estrangeira</i>	93	3	534
<i>Moeda Nacional</i>	307	8	179
Longo Prazo	1.493	1.524	1.537
<i>Moeda Estrangeira</i>	560	571	227
<i>Moeda Nacional</i>	933	953	1.310
Total Geral	1.893	1.534	2.250

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$2.250 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações e sub-rogação CCC era de R\$1151 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice "dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido", o resultado em 31 de dezembro de 2014 foi de 61%.

(R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
Dívida financeira líquida	1151	961	1007
Patrimônio líquido	728	394	116
Índice de endividamento	0,61	0,71	0,90

Definições:

Dívida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações, ativos de sub-rogação CCC, ativo regulatório e baixa renda.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido.

Índice de endividamento =
$$\frac{\text{Dívida Financeira Líquida}}{(\text{Dívida Financeira Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes



Financiamentos Relevantes

Destacamos as seguintes operações:

- Plano de Recuperação Judicial, fazendo com que as operações de empréstimos e financiamentos da Emissora passaram por processo de novação e repactuação. Em 31/12/2014, as operações de empréstimos e financiamentos em Recuperação Judicial totalizaram um saldo de R\$1.046 milhões.
- Eletrobrás: em 31 de março de 2010, foi assinado pela Emissora junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2812/2010. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema

As operações acima tiveram por objetivo financiar os planos de investimentos da Emissora e reforço de capital de giro.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2013

1 O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

2 "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

- (A) despesas financeiras líquidas consolidadas;
- (B) resultado consolidado e contribuição social;
- (C) depreciação e amortização consolidados e
- (D) Outras receitas (despesas).

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 54,1%, passando de R\$3.402,7 milhões em 2013 para R\$5.243,5 milhões em 2014. Esse aumento foi decorrente principalmente pelo reajuste médio de 34,96%, aplicado pela ANEEL em 07 agosto do ano de 2014. O crescimento foi principalmente decorrente de: (i) crescimento do mercado de venda de energia elétrica 11,8%, (ii) aumento de 19,1% no preço médio de venda ao consumidor final em agosto de 2014 (receita obtida dos consumidores finais dividida pelos MWh vendidos a esses mesmos consumidores), e (iii) aumento de 101,2% na receita de construção, que passou de R\$ 427 milhões em 2013 para R\$ 859 milhões em 2014. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Reporting Standards), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2013 quanto para



2014) aparecem no custo de operação, resultando em efeito nulo no resultado operacional da companhia. Retirando-se, portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 47,3%, passando de R\$ R\$ 2.976 milhões em 2013 para R\$ 4.385 milhões em 2014.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 1.881,4 milhões em 2014, portanto, 33,7% acima dos R\$ 1.407,7 milhões verificados em 2013. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 4,7% nos Gwh contratados para revenda, que passaram de 11.291 Gwh em 2013 para 11.824 Gwh em 2014, (ii) aumento de 62% no preço médio de compra (R\$ gastos com compra de energia divididos pelo GWh comprados), e (iii) redução de 52% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 409,8 milhões em 2014, representando um aumento de 11,4% em relação aos R\$ 367,9 milhões de 2013. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica e (ii) subvenção CCC, por serem compulsórios exógenos. Assim, retirando-se o efeito desses itens, o custo da operação passou de R\$ 393 milhões em 2013 para R\$ 439 milhões em 2014, representando um aumento de 11,6% (R\$ 45,5 milhões), influenciado pelo aumento de 24,0% de depreciação, (ii) custos com pessoal em 16,2% e (iii) a inflação medida pelo IGPM foi de 3,6% em 2014.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 28% (ou R\$ 97,3 milhões), passando de R\$ 344 milhões em 2013 para R\$ 441 milhões em 2014, influenciados pelos seguintes itens: (i) a provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas que passou de (R\$ 48,4 milhões) em 2013 para (R\$ 72,7 milhões) em 2014, representando um aumento de 50,1%, (ii) Despesas com Vendas que passou de R\$ 108,0 milhões em 2013 para R\$ 145,3 milhões em 2014 e (iii) Outras despesas operacionais liquidas (R\$ 24,0 milhões) em 2013 para (R\$ 78,9 milhões) em 2014 representando um aumento de 229,2%.

EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$ 112,6 milhões positivos em 2013 para R\$ 646,4 milhões positivos em 2014.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 188,5 milhões em 2013 para uma despesa de R\$ 203,8 milhões em 2014, representando um aumento de 8,1%. Como destaque, umas das rubricas que mais influenciou nesse aumento foi a despesa financeira decorrente da variação monetária e encargos de dívida com 396,8% e 42,6% respectivamente, o que representa (R\$ 247 milhões).

Resultado Líquido

Com isso, o resultado líquido do exercício de 2014 foi lucro de R\$ 345,2 milhões, em relação a um prejuízo de R\$ 228,8 milhões em 2013.



Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012

1 O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

2 "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

- (A) despesas financeiras líquidas consolidadas;
- (B) resultado consolidado e contribuição social;
- (C) depreciação e amortização consolidados e
- (D) Outras receitas (despesas).

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 0,5%, passando de R\$3.385 milhões em 2012 para R\$3.403 milhões em 2013. Esse aumento modesto foi decorrente principalmente da redução da receita de construção em 8,5% entre os anos de 2013 e 2012. Retirando-se, portanto, os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 1,9%, passando de R\$2.919 milhões em 2012 para R\$2.976 milhões em 2013.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 1.844 milhões em 2013, portanto, 8,5% acima dos R\$ 1.700 milhões verificados em 2012. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) redução de 1,3% nos Gwh contratados para revenda, que passaram de 9.875 Gwh em 2012 para 9.748 Gwh em 2013, (ii) aumento de 10% no preço médio de compra (R\$ gastos com compra de energia divididos pelo GWh vendidos), e (iii) aumento de 47% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 1.416 milhões em 2013, representando um aumento de 12,9% em relação aos R\$ 1.233 milhões de 2012. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica e (ii) subvenção CCC, por serem compulsórios exógenos. Assim, retirando-se o efeito desses itens, o custo da operação passou de R\$ 1.252 milhões em 2012 para R\$ 1.447 milhões em 2013, representando um aumento de 13,5% (R\$ 71,1 milhões), influenciado pelo aumento de 10,3% (R\$ 26,1 milhões) nos serviços de terceiros em razão dos reajustes anuais dos contratos (a inflação medida pelo IGPM foi de 5,5% entre 2012 e 2013).

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas diminuíram 46% (ou R\$ 459,1 milhões), passando de R\$ 758,0 milhões em 2012 para R\$ 542,1 milhões em 2013, principalmente devido aos tributos e provisões líquidas de reversão, que passaram de R\$ 12,4 milhões em 2012 para R\$ 2,1 milhões em 2013 e R\$ 370,1 milhões em 2012 e R\$ 122,4 milhões respectivamente.

EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$ 355,3 milhões negativos em 2012 para R\$ 112,6 milhões positivos em 2013.

Resultado Financeiro



O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 207,7 milhões em 2012 para uma despesa de R\$ 188,5 milhões em 2013, representando uma diminuição de 16%. A rubrica que mais influenciou nessa queda foi à diminuição de 76,3% (R\$ 220,6 milhões) nas despesas com juros e multas.

Resultado Líquido

Com isso, o resultado líquido do exercício de 2013 foi um prejuízo de R\$ 228,7 milhões, em relação a um prejuízo de R\$ 704 milhões em 2012.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011

1 O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

2 "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

- (A) despesas financeiras líquidas consolidadas;
- (B) resultado consolidado e contribuição social;
- (C) depreciação e amortização consolidados e
- (D) Outras receitas (despesas).

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 0,3%, passando de R\$3.376,3 milhões em 2011 para R\$3.385,4 em 2012. Esse aumento modesto foi decorrente principalmente da redução do custo de construção em 36,5% entre o ano de 2011 e 2012. Retirando-se, portanto, os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 10,5%, passando de R\$2.641,8 milhões em 2011 para R\$2.919,2 milhões em 2012.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$1.233,1 milhões em 2012, portanto, 27,8% acima dos R\$965,1 milhões verificados em 2011. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 8,3% nos GWh comprados para revenda, que passaram de 8.784 GWh em 2010 para 9.517 GWh em 2011, (ii) aumento de 4,5% no preço médio de compra (R\$ gastos com compra de energia divididos pelo GWh vendidos), e (iii) aumento de 12,5% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$440,1 milhões em 2012, representando um aumento de 32,2% em relação aos R\$332,9 milhões de 2011. Os principais fatores que influenciaram tal aumento foram: (i) a conta de Pessoal que sofreu aumento de 48,9% durante os anos de 2011 e 2012 e (ii) a conta de Outros que foi aumentada em mais de R\$ 32 milhões.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 145,8% (ou R\$482,4 milhões), passando de R\$330,8 milhões em 2011 para R\$813,2 milhões em 2012, principalmente devido ao (i) aumento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perda com Créditos Incobráveis. As provisões líquidas mencionadas passaram de R\$34,4 milhões em 2011 para R\$272,0 milhões em 2012, demonstrando um aumento de 690,6%; (ii) aumento de 80,7% das despesas administrativas entre os anos de 2011 e 2012, passando de R\$112,1 milhões em 2011 para R\$206,6 em 2012; (iii) aumento de Outras Despesas em 70,5% em 2011 e 2012, passando de R\$72,2 milhões em 2011 para R\$123,0 em 2012 e (iv) aumento de Provisão para Processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas em 184,3%, passando de R\$33,0 milhões em 2011 para R\$93,9 milhões em 2012.



EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$219,2 milhões em 2011 para - R\$473,3 milhões em 2012, representando uma redução de R\$692,5 milhões na comparação anual.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$489,2 milhões em 2011 para uma despesa de R\$205,7 milhões em 2012, representando um aumento de 57,9% (R\$283,3 milhões). A rubrica que influenciou esse aumento foi o aumento das Receitas Financeiras em 89,3%, passando de R\$299,1 em 2011 para R\$566,4 em 2012.

Resultado Líquido

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício de 2012 foi um prejuízo de R\$747,3 milhões, em relação a um prejuízo de R\$391,2 milhões em 2011.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 comparados com 31 de dezembro de 2013.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu em 2014 o montante de R\$2.107 milhões, 92,2% superior ao valor informado em 2013, de R\$1.096 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$561 milhões, comparados a R\$239 milhões, em 31 de dezembro de 2013. Tal aumento, de 135%, é principalmente devido aos investimentos feitos para melhoria da qualidade, manutenção e expansão da rede de distribuição.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a conta CCC da companhia era de R\$237 milhões e R\$94 milhões, respectivamente, representando um aumento de 152% (R\$143 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante atingiu em 2014 o montante de R\$3.938 milhões, 17% superior ao valor informado em 2013 de R\$3.374 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Ativo Financeiro da Concessão

Em 31 de dezembro de 2014, o Ativo Financeiro da Concessão cresceu 52%, atingindo R\$ 910 milhões, quando, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 600 milhões. Seu crescimento decorre da transferência de ativos antes contabilizados como Intangível para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.



Intangível

Em 31 de dezembro de 2014, o Intangível somou R\$ 2.284 milhões, queda de 0.3% em relação ao valor de R\$ 2.291 milhões contabilizado ao final de 2013. Conforme comentado acima, seu decréscimo decorre da transferência de ativos para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu em 2014 o montante de R\$2.282, 128% superior ao valor informado em 2013, de R\$1.001 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$714 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$11 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de R\$ 703 milhões, devido à rolagem de financiamento de curto prazo da companhia para um vencimento com maior prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2014 o montante de R\$3.034 milhões, 1,3% menor que o valor informado em 2013, de R\$ 3.074 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.537 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$1.524 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando aumento de 0.9%.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo com partes relacionadas de longo prazo da companhia totalizou R\$343 milhões, comparados aos R\$416 milhões em 31 de dezembro de 2013. A diminuição foi de 17% ou R\$73 milhões na comparação anual.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido foi de R\$728 milhões, comparados aos R\$394 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 comparados com 31 de dezembro de 2012.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu em 2013 o montante de R\$1.096 milhões, 17% superior ao valor informado em 2012, de R\$1.318 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$239 milhões, comparados a R\$432 milhões, em 31 de dezembro de 2012. Tal queda, de 45%, é principalmente devido à necessidade de investimentos para melhoria da qualidade, manutenção e expansão da rede de distribuição.



Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a conta CCC da companhia era de R\$94 milhões e R\$153 milhões, respectivamente, representando uma queda de 39% (R\$59 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante atingiu em 2013 o montante de R\$3.374 milhões, 7,3% superior ao valor informado em 2012 de R\$ 3.145 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Ativo Financeiro da Concessão

Em 31 de dezembro de 2013, o Ativo Financeiro da Concessão cresceu 40%, atingindo R\$ 600 milhões, quando, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 428 milhões. Seu crescimento decorre da transferência de ativos antes contabilizados como Intangível para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2013, o Intangível somou R\$ 2.291 milhões, queda de 4% em relação ao valor de R\$ 2.378 milhões contabilizado ao final de 2012. Conforme comentado acima, seu decréscimo decorre da transferência de ativos para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu em 2013 o montante de R\$1.001, 26% inferior ao valor informado em 2012, de R\$1.351 milhões. As principais rubricas que influenciaram esta queda aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$11 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$400 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de R\$ 389 milhões, devido à rolagem de financiamento de curto prazo da companhia para um vencimento com maior prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2013 o montante de R\$3.074 milhões, 4% superior ao valor informado em 2012, de R\$ 3.063 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.524 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$1.493 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando aumento de 2%.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, o passivo com partes relacionadas de longo prazo da companhia totalizou R\$416 milhões, comparados aos R\$253 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento foi de 64% ou R\$163 milhões na comparação anual.



Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido foi de R\$394 milhões, comparados aos R\$104 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 comparados com 31 de dezembro de 2011

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu em 2012 o montante de R\$1.318,1, 14,6% superior ao valor informado em 2011, de R\$1.150,7. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$431,9 milhões, comparados a R\$208,8 milhões, em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento, de 106,9% (R\$223,1 milhões), é principalmente devido ao aumento de capital da Equatorial na CELPA no valor de R\$350 milhões.

Bloqueios Judiciais

São depósitos pertencentes à Companhia, entretanto, estavam bloqueados devido à Recuperação Judicial. Estes não foram reconhecidos em 2011, mas acumularam R\$ 63,7 milhões em 2012.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a conta CCC da companhia era de R\$153,4 milhões e R\$93,0 milhões, respectivamente, representando um aumento de 64,9% (R\$60,3 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2012 o montante de R\$3.145,4 milhões, 1,3% inferior ao valor informado em 2011, de R\$3.207,5. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o realizável a longo prazo da companhia contabilizou R\$115,5 milhões, entretanto, em 2012, o montante relativo à partes relacionadas foi igual a zero.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$89,8 milhões, no entanto em 2012, o valor correspondente foi nulo.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu em 2012 o montante de R\$1.351,4, 42,3% inferior ao valor informado em 2011, de R\$2.342,5. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:



Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$308,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$1.256,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 75,5% (R\$948,6), principalmente relacionada à aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões para indenizações trabalhistas da companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas totalizaram R\$153,0 milhões, comparado aos R\$66,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$129,8 milhões devido a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2012 o montante de R\$3.046,2 milhões, 101,1% superior ao valor informado em 2011, de R\$1.515,1. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.061,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$680,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 56,1% (R\$381,2), decorrente, principalmente, da aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, o realizável a longo prazo da companhia totalizou R\$683,1 milhões, comparados aos R\$176,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento foi de 287,7% ou R\$586,9 milhões na comparação anual.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo das provisões para indenizações trabalhistas da Companhia totalizaram R\$227,3 milhões, 371,2% superior ao saldo encontrado em 2011, de R\$48,2 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido foi de R\$65,9 milhões, comparados aos R\$500,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução foi bastante significativa, de 86,8% ou R\$434,6 milhões entre 2011 e 2012. Tal redução pode ser explicada pelos prejuízos acumulados do ano de 2012 terem sido muito superiores ao aporte de R\$350,0 milhões. Os prejuízos acumulados em 2012 atingiram o montante de R\$1.088,8 milhões enquanto que em 2011, o montante era de R\$373,4 milhões, um aumento correspondente a 191,6%.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita



A receita da CELPA é, em sua maior parte, proveniente da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Pará, que por sua vez são subdivididas em classes de consumo. Abaixo, análise do comportamento das classes em 2014 em comparação a 2013.

Atualmente, a Celpa fornece energia elétrica para um universo de 2.183.305 clientes. Cerca de 96% da energia requerida para atendimento do mercado da Celpa, foi comprada de um conjunto de Empresas Geradoras do Sistema Interligado Nacional – SIN e os 4% restantes, foi proveniente de Geração Própria e Terceirizada.

O Mercado de Energia Elétrica da CELPA se caracteriza por ser tipicamente residencial, concentrando 86,1% do número de consumidores e 42,8% do consumo total. Em 2014, o mercado cativo total da empresa apresentou um crescimento de 11,7% em relação a 2013, sendo consumidos 7.755 GWh contra 6.941 GWh registrados nesse ano.

A classe residencial, de maior representatividade, apresentou evolução de 20,3%, passando de 2.758 GWh em 2013 para 3.317 em 2014.

O consumo residencial médio apresentou incremento de 11,6%, passando de 136,5 kWh/mês em 2013 para 152,3 kWh/mês em 2014.

A classe comercial, a segunda mais representativa, responsável por 22,3% do consumo total, apresentou evolução de 5,6%, passando de 1.639 GWh em 2013 para 1.731 GWh em 2014.

O desempenho observado nessa classe foi influenciado pelo comportamento dos principais ramos de consumo; comércio varejista, saúde humana e serviços sociais, atividades imobiliárias e informação e comunicação, que juntos são responsáveis por 53% do consumo da classe e apresentaram crescimento de apenas 1,4%. As mudanças ocorridas nos horários de funcionamento dos supermercados, influenciaram diretamente no consumo de energia da classe comercial, reduzindo significativamente o consumo dos maiores clientes da empresa neste ramo.

Na classe industrial, a terceira maior em representatividade, com uma participação de 17,3%, o consumo de energia cresceu 3,9% em 2014, passando de 1.294 GWh para 1.345 GWh. O desempenho dessa classe foi resultado principalmente do desempenho ocorrido no ramo de atividade de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, que tem participação de 25% no total do consumo da classe, e apresentou crescimento de 4,4%. Os demais ramos fabricação de produtos de minerais não metálicos, metalurgia e fabricação de produtos de madeira, responsáveis por 50% do consumo industrial, tiveram redução de -1,8%, sendo influenciados por paralisações programadas e de emergência ocorridas nos principais clientes destes ramos.

A classe rural obteve um crescimento modesto de 1,6%, para um consumo de 203 GWh no ano de 2014.

Nas demais classes, o maior crescimento ficou por conta da classe de Iluminação Pública, 27,5%, refletindo as ações de ajustes de consumo, ocorridos em diversos municípios do Estado, dentre eles Belém, Ananindeua, Santarém, Parauapebas, Itaituba e Altamira, que juntos agregaram à classe 35 GWh no ano.

A CELPA registrou um total de 2.183.305 unidades consumidoras, representando um crescimento de 7,5% em relação ao ano anterior, correspondente a um incremento de 152.772 novas unidades consumidoras atendidas pela Empresa. O número de clientes residenciais atingiu 1.880.167, evoluindo 8,4% em relação ao ano passado, com incremento de 146.172 novas unidades residenciais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Um dos fatores que impactaram materialmente nos resultados operacionais da Celpa é do Ambiente Regulatório onde a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 02 de agosto de 2011, com vigência a partir de 07 de agosto de 2011, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, discriminadas no Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.035, de 03 agosto de 2010, até o processamento definitivo da revisão tarifária desta concessionária.

Tal decisão foi tomada com base nas Resoluções Normativas nº 433 e 471, de 11 de abril e 20 de dezembro de 2011, respectivamente, que estabelecem os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em função desta prorrogação, o processo da revisão tarifária periódica da CELPA deveria ser homologado até o dia 07 de agosto de 2012 e teria efeito retroativo ao período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012.



Em 03 de agosto de 2012, a juíza da 13ª Vara Cível, Drª. Maria Filomena de Almeida Buarque, competente para processar e julgar o pedido de Recuperação Judicial da Empresa, decidiu, nos autos do processo nº 0005939-47.2012.814.0301, pela aplicação imediata do reajuste nas tarifas de Energia Elétrica, sob pena de multa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Os efeitos desta decisão persistem até hoje.

O Governo Federal publicou a MP 579/2012, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, que tem por objetivo a redução das tarifas de energia elétrica, através da renovação das concessões de geração e transmissão, que venceriam até 2017, exclusão da Cota de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e redução da Cota de Desenvolvimento Energético (CDE), todos encargos setoriais presentes na fatura.

Como resultado da referida lei, em 24 de Janeiro de 2013, foi realizada uma publicação extraordinária de Resolução Homologatória nº 1467, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2013.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos "não-gerenciáveis" das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

☐ CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

☐ Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

☐ PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.

☐ CDE – Conselho de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

☐ P&D : Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos "gerenciáveis", que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irre recuperáveis. O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

☐ Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia.

Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela "A" e a inflação (IGP-M) da Parcela "B" decrescido ou acrescido do Fator "X" (meta de eficiência para o próximo período).

☐ Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.

☐ Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 4 anos, o equilíbrio financeiro e econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.



A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator "X", que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

Todos esses impactos sobre o resultado da CELPA estão comentados no Item 10.1 deste Relatório.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não há até esta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As políticas contábeis adotadas em 2014 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS aplicados pela primeira vez no exercício de 2014:

OCPC 08 - Contabilização dos ativos e passivos regulatórios

Com a adesão à alteração contratual aprovada pela ANEEL na 13ª reunião pública extraordinária em 25 de novembro de 2014, eliminou-se, a partir do aditamento dos contratos de concessão e permissão e consequente alteração nos procedimentos de revisão tarifária, a natureza contingente, permitindo o reconhecimento do ativo ou do passivo como instrumentos financeiros, ou seja, como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Esse é um evento que altera a avaliação quanto à probabilidade de entrada ou saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a companhia, qualificando-se esses ativos ou passivos para o reconhecimento nas demonstrações financeiras. É, a partir de sua ocorrência, que é assegurado à concessionária o reconhecimento



dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de Novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10/12/2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

A partir de 2014 com o advento do OCPC08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva. Com isso, em 31 de dezembro de 2014 o resultado da Companhia foi impactado positivamente em R\$ 397 milhões.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas: Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras de 2014, 2013 e 2012.

Ênfases: Não houve ênfases no parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras de 2014, 2013 e 2012.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- ▣ Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- ▣ Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas informações se tomam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- ▣ Provisões;
- ▣ Perda no valor recuperável;
- ▣ Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- ▣ Ativo financeiro – bens da concessão;
- ▣ Vida útil de ativo intangível;
- ▣ Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- ▣ Passivos contingentes; e
- ▣ Planos de pensão.

e. Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos nas Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Financeiras.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS



As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*).

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.



b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 4 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 15,25%, que representa o WACC real setorial.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas "Consumidores", "Tributos a Recuperar" e "Indenizações Trabalhistas". As taxas de descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 15,25%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido



como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes): A sua realização se dá em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de "Operações de swap" e o resultado apurado na conta "Receitas e Despesas Financeiras" (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas,



cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano-calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesas com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas



pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia apurou transações que envolveram registros em outros resultados abrangentes (Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão) que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.



Não houve desvios de qualquer natureza.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não houve desvios de qualquer natureza.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:



i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos pela CELPA:

R\$ mil	2014	2013	2012
Programa Luz Para Todos	220.467	60.951	45.486
Manutenção da Rede	85.152	10.159	25.753
Expansão e Melhoria da Rede	448.040	278.137	322.750
Equipamentos e Sistemas	59.066	2.868	2.840
Proj Espec - (Subrogação CCC)	33.890	22.971	35.915
Universalização	80.808	10.639	3.845
Outros Investimentos	(8.303)	34.879	41.543
Total	919.120	420.604	478.132

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: A principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

INTERLIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Interligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até a Ilha do Marajó.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas da CELPA.

LINHAS E SUBESTAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO e MANUTENÇÃO / MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos feitos com caixa próprios, ou com recursos financiados por bancos privados ou estatais, destinados a manutenção, ampliação e melhorias do sistema elétrico da Companhia

Sub-rogação da CCC

O total aplicado pela Companhia na Sub-rogação CCC até 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 211,5 milhões relativos a 1ª e 2ª fase (R\$185,6 em 31 de dezembro de 2013). Do valor do investimento reconhecido e aplicado para a sub-rogação já foi repassado a Companhia o total de R\$ 98,2 milhões. Ficando um saldo a receber de R\$ 113,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento refere-se à liberação do Investimento decorrente do valor adicional aprovado pelo Aneel para 1º fase da implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – S/N, proporcionando a redução do dispêndio da CCC.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão



O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2014 foi de R\$3.193,4 milhões, o que representa um aumento de 10,4% (R\$301,9 milhões) em relação aos R\$2.891,5 milhões de 2013. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento de R\$309,2 no ativo financeiro, que é a parte do imobilizado que não será amortizada durante o período da concessão e R\$448.040,0 referente aos Investimentos em Expansão e Melhoria do Sistema (Linhas, redes e subestações) no período.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Fonte Própria (aproximadamente 15% é feito com caixa próprio). Os programas de interligação, como o caso da Ilha do Marajó, possui fonte integralmente subsidiada (sub-rogação CCC) e os demais programas, como redução de perdas e manutenção do sistema elétrico, tem como fonte, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados, BNDES e fonte própria.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos significativos nos últimos três anos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva das subsidiárias da Companhia, além daqueles intrinsecamente necessários à manutenção da concessão, como: transformadores, postes, subestações, linhas de rede, etc.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento relevantes já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Fim da recuperação judicial

Em 01 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou com fundamento no que dispõe os artigos 61 e 63 da Lei 11.102/05 e diante da manifestação do administrador Judicial e do Ministério Público decretou por encerrada a recuperação judicial da Companhia, contudo continuam valendo as condições especiais para as dívidas pactuadas quando da recuperação judicial. Essas obrigações encerram -se quando forem integralmente liquidadas.

Demais informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.



ANEXO II
ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)
destinação do lucro líquido

(Valores apresentados em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 345.217 a serem lançados contra a conta de prejuízos acumulados da Companhia.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.



b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia registrou os seguintes resultados nos últimos 3 exercícios:

	2014	2013	2012
Lucro (Prejuízo) do Exercício (R\$ mil)	345.217	(228.787)	(704.469)
Lucro (Prejuízo) por ação (R\$)	0,18	(0,13)	(11,03)
Quantidade média ponderada de ações (mil)	1.907.450	1.720.708	63.851

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio nos últimos 3 exercícios.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais de classe "A" terão direito a receber dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;

As ações preferenciais de classe "B" terão direito a receber dividendo mínimo de 10% (dez por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;

As ações preferenciais de classe "C" terão direito a receber dividendo mínimo de 3% (três por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.



c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Não aplicável.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável



Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



ANEXO III
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
Item 13 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com padrão de excelência requerido pela Companhia. As práticas de remuneração objetivam a criação de uma cultura direcionada ao atingimento de resultados, através do alcance e superação de metas que sejam interessantes para a Companhia, colaboradores e acionistas.

Adicionalmente à política de remuneração, a Controladora da Emissora possui Plano de Opção de Compra de Ações que confere ao seu detentor o direito, porém não a obrigação, de subscrever ações da Emissora a um preço fixado num determinado período de tempo. Na nossa visão, este plano não se confunde com remuneração e deve ser tratado como instrumento de risco para alinhar os interesses da administração aos de seus acionistas no médio e longo prazo. Entretanto, por falta de classificação adequada neste item 13 do formulário, descrevemos os valores referentes ao Plano de Opção na linha de Remuneração Baseada em Ações. Por fim, tais opções podem ser concedidas aos principais administradores e colaboradores da empresa.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia recebem honorários fixos mensais pelo desempenho de suas funções, alinhados à média de mercado, objetivando atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não fazem jus à remuneração variável e/ou quaisquer benefícios.

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por honorário fixo mensal, benefícios e participação nos resultados. A remuneração fixa é alinhada à média de mercado e definida através de pesquisa de mercado, utilizando-se a metodologia Hay Group, e objetiva: (i) a motivação, com o objetivo primordial a geração de valor para a Companhia, e (ii) otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos visando a atrair e a reter profissionais capacitados e considerados “chave” para a sustentabilidade de seus negócios, tendo práticas competitivas em relação às empresas do mercado com quem atua. A remuneração variável, por sua vez, é determinada através do atingimento de metas e está atrelada ao valor praticado na Companhia, objetivando: (i) a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o resultado da Companhia; e (ii) vincular o desempenho dos Diretores ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, aos seus planos de negócio e objetivos; (iii) alinhar a remuneração dos Diretores com os interesses dos acionistas da Companhia. Os benefícios recebidos pelos Diretores são: (i) plano de saúde e odontológico, e (ii) auxílio refeição.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Órgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável	Plano de Opções (Stock Options)
-------	----------------	------------	----------	------------------------------------



Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	47,97%	6,33%	45,70%	0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de reajuste específico para cada um dos componentes da remuneração, tanto para conselheiros, quanto para diretores estatutários. Sobre a metodologia de cálculo, periodicamente, analisa-se as práticas de mercado, obtidas através de pesquisa de mercado, que objetiva avaliar a aderência interna dos valores à realidade do mercado, o que pode motivar reajustes.

i. *razões que justificam a composição da remuneração:*

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar.

ii. *principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:*

A remuneração dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal da Emissora é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos diretores estatutários é definida através de um sistema de gestão de metas, previamente contratadas e alinhadas ao planejamento estratégico da Emissora.

a) *como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:*

No que tange aos diretores estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Emissora.

As metas da presidência são desdobradas para cada diretoria e assim por diante de forma que o alcance das metas de forma segmentada contribuam para o resultado da Emissora. Além disso, é necessário que a Emissora atinja um desempenho mínimo desejado para que haja o pagamento da remuneração variável, neste mesmo sentido resultados excepcionais também refletem em remuneração variável diferenciada.

b) *como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:*

O formato da remuneração acima descrita busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Emissora, de tal maneira a alinhar os interesses destes.

c) *existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:*



Não houve, nos 3 últimos exercícios, bem como no exercício social corrente, parcela da remuneração recebida por administradores ou conselheiros fiscais da Emissora suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia em função de exercício do cargo na mesma.

d) *existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:*

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.



13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2012 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8,17	4,08	4,92	
c.i. Remuneração fixa anual	686	1.641	202	2.529
Salário ou Pró-labore	686	1.552	202	2.440
Benefícios diretos e indiretos	-	89	-	89
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	1.228	-	1.228
Bônus	-	1.228	-	1.228
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações*	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	686	2.869	202	3.757

* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2013 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	4	20
c.i. Remuneração fixa anual	839	3.497	199	4.536
Salário ou Pró-labore	699	2.792	166	3.658
Benefícios diretos e indiretos	-	148	-	148
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros (INSS Parte Empresa)	140	556	33	730
c.ii. Remuneração variável	-	4.477	-	4.477
Bônus	-	3.731	-	3.731
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (INSS Empresa sobre bônus)	-	746	-	746
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	195	-	195
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-



c.v. Remuneração baseada em ações*	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	839	8.169	199	9.208

* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2014 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	8	3	19
c.i. Remuneração fixa anual	730,04	3.495	145,40	4.370,44
Salário ou Pró-labore	608,37	2.760	121,17	3.489,54
Benefícios diretos e indiretos	-	183	-	183
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros (INSS Parte Empresa)	121,67	552	24,23	697,90
c.ii. Remuneração variável	-	3.156	-	3.156
Bônus	-	2.630	-	2.630
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (INSS Empresa sobre bônus)	-	526	-	526
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	181	-	181
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações*	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	730,04	6.832	145,40	7.707,44

* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.

Remuneração prevista no resultado do exercício de 2015 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	8	3	19
c.i. Remuneração fixa anual	730,04	3.495	145,40	4.370,44
Salário ou Pró-labore	608,37	2.760	121,17	3.489,54
Benefícios diretos e indiretos	-	183	-	183
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros (INSS Parte Empresa)	121,67	552	24,23	697,90
c.ii. Remuneração variável	-	4.320	-	4.320
Bônus	-	3.600	-	3.600
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (INSS Empresa sobre bônus)	-	720	-	720
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	181	-	181
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-



c.v. Remuneração baseada em ações*	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	730,04	7.996	145,40	8.871,44

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do Exercício de 2012 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	1.228	-	1.228
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios sociais.	-	-	-	-

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2013 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	4	20
c. Em relação ao Bônus:	-	3.731	-	3.731
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.	-	3.731	-	3.731
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios sociais.	-	-	-	-



Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2014 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	8	3	19
c. Em relação ao Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.250	-	3.250
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	2.850	-	2.850
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.	-	2.630		2.630
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração prevista no resultado do exercício de 2015 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	8	3	19
c. Em relação ao Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.000	-	8.000
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	4.000	-	4.000
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.



13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Celpa - Centrais Elétricas do Pará S.A.									
Órgão	Ações detidas diretamente				Ações detidas indiretamente				Ações detidas total
	Ordinárias	Preferenciais A	Preferenciais B	Preferenciais C	Ordinárias	Preferenciais A	Preferenciais B	Preferenciais C	
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

* Conforme mencionado no item 13.1.a, não consideramos este Plano como remuneração.



13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a.	Órgão: Fundação Rede de Previdência (CNPJ 06056449/0001-58)
b.	número de membros: 04
c.	nome do plano: Plano de Benefícios Celpa OP
d.	quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar: 0
e.	condições para se aposentar antecipadamente: Não aplicável
f.	valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores R\$ 40 mil
g.	valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores: R\$ 8 mil
h.	se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições: Não.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Em relação ao Exercício de 2012:

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8,17	100.800	100.800	100.800

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4,08	838.675	838.675	838.675

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4,92	49.350	49.350	49.350

Em relação ao Exercício de 2013:

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000,00	84.000,00	77.711,11



Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	600.000,00	120.000,00	398.900,53

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4	38.400,00	38.400,00	41.600,00

Em relação ao Exercício de 2014:

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	91.250,00	91.250,00	91.250,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	1.560.000,00	144.000,00	854.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
3	48.466,00	48.466,00	48.466,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Resposta: Não aplicável.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício de 2014 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	73,85%	2,23%	63,64%

Exercício de 2013 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	65,38%	4,35%	46,15%

Exercício de 2012 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	66,6%	0,00%	0,00%



13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Resposta: Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

**Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2014
(R\$)**

Coligada	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
CEMAR				
Remuneração Fixa Global	140.000,00	1.035.000,00	36.000,00	1.211.000,00
Remuneração Variável Global		3.499.000,00		3.499.000,00

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Equatorial Energia				
Remuneração Global	270.000,00	5.817.000,00	126.000,00	6.213.000,00

**Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2013
(R\$)**

Coligada	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
CEMAR				
Remuneração Fixa Global	3.542.000,00	432.000,00	43.000,00	4.017.000,00
Remuneração Variável Global		1.523.000,00		1.523.000,00

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Equatorial Energia				
Remuneração Global	4.648.000,00	-	151.000,00	4.799.000,00

**Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2012
(R\$)**

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
REDE				
Remuneração Global	306.000,00	160.000,00	30.000,00	496.000,00

Empresa sob controle da	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total



REDE	Administração	Estatutária	Fiscal	
CEMAT				
Remuneração Global	336.000,00	520.000,00	72.000,00	928.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
ENERSUL				
Remuneração Global	72.000,00	1.180.000,00	-	1.252.000,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Resposta: Não aplicável.



ANEXO IV

CANDIDATOS AOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL Itens 12.5 a 12.10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 481/09)

12.5 – Em relação aos candidatos a membros do Conselho de Administração do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador?	Membro Independente	Mandatos Consecutivos
Ana Marta Horta Veloso	47	Economista	804.818.416-87	Conselheiro de Administração	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2018	Não há	Sim	Não	2
Armando de Souza Nascimento	35	Advogado	632.775.733-20	Conselheiro de Administração	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2018	Colaborador	Sim	Não	1
Augusto Miranda da Paz Junior	57	Engenheiro	197.053.015-49	Conselheiro de Administração	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2018	Não há	Sim	Não	2
Carlos Augusto Leone Piani	40	Administrador de Empresas	025.323.737-84	Conselheiro de Administração	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2018	Não há	Sim	Não	2
Eduardo Haiama	39	Empresário	257.355.548-83	Conselheiro de Administração	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2018	Diretor	Sim	Não	2
Felipe Oppenheimer Pitanga Borges	37	Advogado	079.127.867-08	Conselheiro de Administração	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2018	Não há	Sim	Não	1
Firmino Ferreira Sampaio Neb	66	Empresário	149.224.538-06	Conselheiro de Administração	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2018	Não há	Sim	Não	2
José Jorge de Vasconcelos Lima	70	Engenheiro e Economista	064.175.904-53	Conselheiro de Administração	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2018	Não há	Sim	Não	0

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador	Membro Independente	Mandatos Consecutivos
Sérgio Passos Ribeiro	42	Administrador de empresas	026.246.867-03	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2016	Não há	Sim	Não	3
Paulo Roberto Franceschi	63	Contador	171.891.289-72	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2016	Não há	Sim	Não	3
Vanderlei Dominguez da Rosa	51	Contador	422.881.180-91	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2016	Não há	Sim	Não	0
Moacir Gibur	48	Contador	574.558.569-20	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2016	Não há	Sim	Não	0
Claudia Luciana Cecatto de Trotta	43	Advogada	606.362.629-87	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2016	Não há	Sim	Não	1
Eduardo da Gama Godoy	51	Contador	422.881.180-91	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	16/04/2015	16/04/2015	AGO 2016	Não há	Sim	Não	0

Subitens m e n do item 12.5:

Ana Marta Horta Veloso – candidata a membro do conselho de administração

A Sra. Veloso ingressou na Equatorial Energia em 2008. Atuou anteriormente (2006/2008) no UBS Pactual, na gestão de recursos dos ex-sócios do Pactual, com foco em investimentos de longo prazo. Antes disso, trabalhou por 12 anos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. No BNDES, ocupou vários cargos executivos, principalmente na área de mercado de capitais, realizando operações de renda variável e acompanhando posições da carteira da BNDESPAR. Foi também membro do Conselho de Administração de diversas empresas: Klabin S.A. (titular- 2003/04), CVRD (suplente - 2003/04), Acesita S.A. (titular - 2003/04), Valepar S.A. (titular - 2003), Net Serviços de Comunicação S.A. (titular - 1999). De agosto de 2000 a agosto de 2001, foi analista sênior dos setores elétrico, saneamento e mídia da área de pesquisa de renda variável do Banco Pactual. Atualmente, é conselheira da CEMAR mas também já foi parte integrante do Conselho da Light S.A. e da Light SESA. A Sra. Veloso é graduada em Ciências Econômicas pela UFMG, com mestrado em Economia Industrial pela UFRJ.

Armando de Souza Nascimento – candidato a membro do conselho de administração

O Sr. Nascimento é formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão desde 2005 e possui MBA em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pela FGV-RJ concluído em 2011. Desde novembro de 2012 o Sr. Nascimento é Gerente Jurídico da Celpa. Anteriormente atuou na CEMAR desde abril de 2006 até novembro de 2012, sendo que a partir agosto de 2008 o Sr. Nascimento se tornou Executivo Jurídico da companhia. De maio de 2006 até junho de 2010 o Sr. Nascimento atuou no escritório Souza & Veras Advocacia e Consultoria como advogado consultor na área de Direito Civil, Administrativo e Ambiental.

Augusto Miranda da Paz Junior – candidato a membro do conselho de administração

O Sr. Miranda é Diretor Presidente da CEMAR desde abril de 2010. De 2007 a 2010, foi Diretor Vice-Presidente de Operações e, anteriormente, foi Diretor de Engenharia da CEMAR desde julho de 2004. O Sr. Miranda é experiente executivo com mais de 20 anos no setor elétrico. Antes de ingressar na CEMAR, o Sr. Miranda exerceu diversos



cargos nas áreas de gestão da manutenção do sistema elétrico na COELBA, sendo também representante da COELBA junto ao CCON. O Sr. Miranda é engenheiro eletricitista formado pela Universidade Federal da Bahia, com especialização em Gestão de Manutenção promovida pela Eletrobrás em convênio com a PUC/RJ e a Escola Federal de Engenharia de Itajubá/MG e MBA em gestão de empresas de energia elétrica pela FGV/SP.

Carlos Augusto Leone Piani – candidato a membro do conselho de administração

O Sr. Piani é Diretor da Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. desde abril de 2010, sendo co-responsável pela área de Private Equity. Adicionalmente, o Sr. Piani é presidente da PDG Realty S.A., empresa de capital aberto, Conselheiro da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações e da Unidas S.A. desde julho de 2011 e Presidente do Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e membro do Conselho de Administração da controlada CEMAR (empresa de capital aberto), desde abril de 2010 e março de 2006, respectivamente. Na Companhia, também foi membro do Conselho de Administração entre novembro de 2008 e abril de 2010 e diretor presidente entre março de 2007 e abril de 2010. Na CEMAR, também foi Vice-Presidente Administrativo Financeiro entre maio de 2004 e março de 2006 e Diretor Presidente entre março de 2006 e abril de 2010. Antes, trabalhou durante 6 anos no Banco Pactual. Entre 2000 e 2004, coordenou a gestão de fundos de capital de risco administrados pela Área de Investimentos do Banco. Neste período, atuou como membro do conselho de administração da Proteus Soluções em Tecnologia da Informação S.A., Visionnaire S.A., Extracta Moléculas S.A., Padtec S.A., Pini S.A., Automatos International Ltd. e SpringWireless Ltd. e como conselheiro fiscal suplente da Eletropaulo Metropolitana Energia Elétrica de São Paulo S.A. (de abril de 2003 a março de 2004). Entre 1998 a 2000, trabalhou na área de Finanças Corporativas em operação voltadas para os setores de infra-estrutura. Antes do Pactual, trabalhou em 1997 na Ernst & Young como analista do Departamento de Business Valuation. O Sr. Piani é graduado em Informática pela PUC-RJ e em Administração de Empresas pelo IBMEC. Além disso, obteve o título de CFA *Charterholder* pelo CFA *Institute* em 2003 e concluiu o curso *Owners and President Management (OPM) Program* da Harvard Business School em 2008.

Eduardo Haiama – candidato a membro do conselho de administração

O Sr. Haiama ingressou na Equatorial Energia em 2008, tendo trabalhado anteriormente no Banco UBS Pactual na área de pesquisa de renda variável como analista sênior do setor elétrico e de saneamento entre 2004 e 2008. Foi premiado nos últimos dois anos como um dos melhores analistas pela Institutional Investor. Antes disso, trabalhou como analista de produtos estruturados para o banco ItaúBBA (ex- BBA Creditanstalt). Graduiu-se pela Escola Politécnica da USP em engenharia elétrica e possui pós-graduação (MBA) pela Duke University.

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges – candidato a membro do conselho de administração

O Sr. Borges atuou no Banco Original S.A. entre 2009 e 2012, onde foi seu Diretor Jurídico de março de 2011 a fevereiro de 2012, também já foi membro integrante da Coordenação Contratual e Tributária do Banco UBS Pactual S.A. desde março de 2007 até setembro de 2008. Sua experiência profissional também compreende atuação em diversas áreas em Escritórios de Advocacia como Ulhôa Canto Advogados entre 1999 e 2001 e novamente de 2004 a 2007, Mattos Filho Advogados entre outubro de 2003 e 2004 e Vellozo Advogados entre 2001 e 2003. O Sr. Borges é graduado em Direito pela USP desde 2001 e possui mestrado em Direito Tributário pela PUC-SP desde 2007.

Firmino Ferreira Sampaio Neto – candidato a membro do conselho de administração

O Sr. Sampaio foi Presidente do Conselho de Administração da Equatorial Energia de março de 2006 a abril de 2010 e Conselheiro da controlada CEMAR, empresa de capital aberto, desde maio de 2004. Sr. Sampaio Neto foi presidente da Eletrobrás, empresa de capital aberto, entre os anos de 1996 e 2001 e Presidente da Eletrobrás Termonuclear entre os anos de 2000 e 2001. O Sr. Sampaio Neto foi Presidente e Diretor Financeiro da COELBA, empresa de capital aberto, por 14 anos e, a partir de 1996, membro do Conselho de Administração de Furnas, Itaipu Binacional, CHESF, Eletrosul, Gerasul, CEMIG, ENERSUL, CEMAT e LIGHT em períodos distintos. O Sr. Sampaio Neto é graduado em Economia pela UFBA e pós-graduado em Planejamento Industrial pela SUDENE/IPEA/FGV.

José Jorge Vasconcelos de Lima – candidato a membro do conselho de administração

Engenheiro Mecânico, pela UFPE, em 1967. Economista, pela UCPE, em 1968. Mestre em Ciências pela UFRJ, em 1971 e pós-graduado em Estatística pela Universidade de Madrid, Espanha – 1972.

Na vida pública do Estado de Pernambuco, exerceu diversas atividades: Secretário de Estado de Educação e Cultura (1975 – 79), Secretário do Estado de Habitação (1979 – 82), Secretário do Estado de Educação, Cultura e Esportes (1991-93), e a Presidência do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED. No âmbito da Administração Federal, foi Ministro de Estado de Minas e Energia, (2001 – 02) e Presidente dos Conselhos de Administração da Petrobrás, Petrobrás Distribuidora e Eletrobrás (2001 – 02). No Poder Legislativo exerceu o



mandato de Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco por quatro mandatos consecutivos (1983 – 99). Em 1998 foi eleito Senador da República pelo Estado de Pernambuco para o período de 1999-2007. Presidiu a Companhia Energética de Brasília – CEB e dirigiu a CEB Distribuição S/A, CEB Participações S/A, CEB Geração S/A, CEB Lajeado S/A e a Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS (fev/2007 a dez/2008). Nesse período, presidiu o Conselho de Administração da CEB. Nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União em 19 de janeiro de 2009, foi empossado em 3 de fevereiro, cargo que exerceu até 18 de novembro de 2014.

Sérgio Passos Ribeiro – candidato a membro efetivo do conselho fiscal

Sérgio Passos é sócio e responsável pela área de controladoria da Vinci Partners, empresa que integra o grupo econômico do Emissor. Juntou-se ao Banco Pactual em 1998, onde atuou como responsável pela área fiscal e a partir de 2006 até 2009 assumiu também a função de responsável pela área contábil. Antes do Pactual, foi consultor tributário da PriceWaterhouseCoopers. Sérgio Passos é graduado em Administração de Empresas e Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula, possui MBA em Finanças pelo IBMEC RJ.

Paulo Roberto Franceschi, candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr Paulo Roberto é sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal, desde 1995. Como Sócio sênior, tem como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Trabalhou em Auditoria Internacional por 18 anos antes de estabelecer a sociedade Audicontrol. É membro titular do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Bematech S.A., Equatorial Energia S.A. (controladora do Emissor), Triunfo Participações e Investimentos S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (empresa do grupo econômico do Emissor). É também membro suplente do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Cia. Energética de Pernambuco – CELPE, Tecnisa S.A., Weg S.A., BB Seguridade Participações S.A., Schulz S.A.. O Sr. Paulo Roberto cursou Ciências Econômicas pela FAE Business School e Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

Vanderlei Dominguez da Rosa, candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr. Dominguez é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em cursos de extensão em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É sócio-executivo da empresa HB Audit – Auditores Independentes S.S. e sua principal função é a de executar, revisar e supervisionar os trabalhos de auditoria independente e é o responsável técnico perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Atua como membro efetivo do Conselho Fiscal das empresas: Odontoprev S.A., Sanepar, Tecnisa S.A., Weg S.A.; e como membro suplente do conselho fiscal das empresas Marcopolo S.A., Padtec S.A., IdeiasNet S.A., Officer Distribuidora S.A.; Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho Fiscal das empresas Triunfo Participações e Investimentos S.A., Equatorial Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (estas duas últimas integrantes do grupo econômico do Emissor), OSX Brasil S.A., Tagma Gestão e Logística S.A., Multiplus S.A., MPX Energia S.A., Tupy S.A., Marisol S.A..

Moacir Gibur – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Gibur é sócio da empresa Audicontrol Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal desde 2001, tendo anteriormente trabalhado na Emilio Romani S.A. e na Russel Bedford Auditores Independentes. O Sr. Gibur foi membro titular do Conselho Fiscal da Siderquímica S.A..

Claudia Ceccatto de Trotta – candidata a membro suplente do conselho fiscal

A Sra. Trotta é formada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e especializada em Direito Societário pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente, é sócia de Trotta, Ceccatto Advogados Associados, sociedade de advogados com atuação especializada nas áreas de Direito Societário, Empresarial, Investimentos Estrangeiros, Contratos Empresariais, Direito Administrativo e Concorrencial, Direito Ambiental, Direito Civil e Imobiliário, desde 2013. Também foi sócia, por 18 anos, do Escritório Augusto Prolik – Advogados Associados, atuando como advogada nas áreas de Direito Empresarial, Direito Societário, Contratos e Investimentos Estrangeiros. A Sra. Trotta também é membro da Comissão de Sociedades de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, desde julho de 2013 e foi instrutora da Comissão de Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, responsável pela relatoria dos processos de arquivamento de constituição, alteração e demais atos societários das sociedades de advogados.



Eduardo da Gama Godoy – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Eduardo Godoy é sócio fundador da Godoy Empresarial – Serviços Contábeis, desde 1993 e sócio da Empresa HB-Audit Auditores Independentes. É também membro titular do Conselho Fiscal da Padtec S.A. (desde agosto de 2007), da IdeiasNet S.A. (desde abril de 2005), da Officer Distribuidora S.A. (desde abril de 2014), sendo também membro suplente do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A. Recentemente foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Tupy S.A. e do Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano (Entidade Social e Cultural).

Em relação aos indicados não há, nos últimos 5 anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% Participação
Ana Marta Horta Veloso	Conselheiro de Administração	100%
Armando de Souza Nascimento	Conselheiro de Administração	100%
Augusto Miranda da Paz Junior	Conselheiro de Administração	100%
Carlos Augusto Leone Piani	Conselheiro de Administração	100%
Eduardo Haiama	Conselheiro de Administração	100%
Felipe Oppenheimer Pitanga Borges	Conselheiro de Administração	100%
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Conselheiro de Administração	100%
José Jorge de Vasconcelos Lima	Conselheiro de Administração	N/A

Nome	Cargo	% Participação
Sérgio Passos Ribeiro	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Paulo Roberto Franceschi	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Vanderlei Dominguez da Rosa	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	N/A
Moacir Gibur	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	N/A
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	0%
Eduardo da Gama Godoy	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	N/A

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários:

Não aplicável.

12.9 e 12.10 – Em relação aos candidatos a membros dos conselhos fiscal e de administração do emissor:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores da Companhia; (b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c)



(i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Os srs. Sérgio Passos Ribeiro, Paulo Roberto Franceschi, Vanderlei Dominguez da Rosa, Moacir Gibur, Claudia Luciana Ceccatto de Trotta e Eduardo da Gama Godoy também estão sendo indicados ao cargo de membros do Conselho Fiscal de Equatorial Energia S.A. e Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), ambas integrantes do grupo econômico do Emissor.

A Sra. Ana Marta Horta Veloso é também Diretora Executiva da Equatorial Energia S.A. e Conselheira de Administração da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR).

O Sr. Augusto Miranda da Paz Jr. é também Diretor Executivo da Equatorial Energia S.A. e Diretor-Presidente da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR).

O Sr. Carlos Augusto Leone Piani é também Conselheiro de Administração da Equatorial Energia S.A..

O Sr. Eduardo Haiama é também Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Equatorial Energia S.A., Diretor de Relações com Investidores da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, e Conselheiro de Administração da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR).

O Sr. Felipe Oppenheimer Pitanga Borges é também Diretor Executivo da Equatorial Energia S.A..

O Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto é também Diretor-Presidente e membro do Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A., e membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR).

Equatorial Energia S.A. é acionista controladora da Celpa, e a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) é uma sociedade sob controle comum.